

Integração regional na "Onda Rosa": Análise surgimento da UNASUL desde a perspectiva da teoria da ação coletiva¹

245

Regional integration in "Pink Tide": Analysis emergence of USAN from the perspective of the collective action theory

Yulieth E. Martínez Villalba²

Resumo:³ O presente trabalho mobiliza o arcabouço teórico da ação coletiva com a finalidade de analisar o surgimento da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) a partir desta perspectiva teórica. Assim, o artigo se baseia na exploração teórico-

¹Artigo apresentado no 42º Encontro Anual da ANPOCS, no GT 27 "Relações Internacionais da América Latina".

² Mestranda em Ciência Política pela UFMG em Belo Horizonte, (Brasil); Especialista em "Epistemologias do Sul" pela CLACSO e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Profissional de Negócios Internacionais da Universidad del Magdalena (Colômbia). yulieth.martinez08@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-7669>.

³Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

conceitual das variáveis estruturais" recopiladas por Elinor Ostrom (2007), aplicando-as posteriormente ao caso da UNASUL, por meio do levantamento de dados documentais que auxiliam na reconstrução do surgimento desta organização. No final do estudo foi possível perceber que, a criação da UNASUL, pelo menos no que se limita ao marco das interações entre presidentes, foi o resultado da ação coletiva de um pequeno grupo, com baixa heterogeneidade, que envolveu a administração de um recurso público, com possibilidade de comunicação face a face e representada por uma função não-linear desacelerada.

Palavras-chave: Integração Regional; Onda Rosa; Teoria da Ação Coletiva; UNASUL.

Abstract: This paper mobilizes the theoretical framework of collective action in order to analyze the emergence of the Union of South American Nations (USAN) from this theoretical perspective. Thus, the article is based on the theoretical-conceptual exploration of the structural variables "compiled by Elinor Ostrom (2007), applying them later to the case of UNASUR, through the collection of documentary data that help in the reconstruction of the emergence of this organization. From the study it was possible to notice that the creation of UNASUR, at least as regards the framework of interactions between presidents, was the result of the collective action of a small group with low heterogeneity, which involved the administration of a common-pool resource (CPR's), with possibility of face to face communication and represented by a decelerated nonlinear function.

Keywords: Regional Integration, Pink Tide, Theory of Collective Action, USAN.

1. Introdução

O presente trabalho assume que dada a natureza anárquica do sistema internacional, a cooperação aparece como uma estratégia importante na criação de convenções, regras tácitas e instituições que facilitam a convivência entre os atores, favorecem a resolução de conflitos e previnem a guerra. De acordo com Keohane & Ostrom (1995, p. 403) "a falta de um governo mundial significa que os estados devem encontrar maneiras de cooperar uns com os outros, e chegar a acordos que possam ser mantidos através do uso da reciprocidade, e não através da hierarquia". Nessa interpretação, as instituições e organizações internacionais assumem um lugar importante, na medida que são vistas como uma forma de resolver problemas de cooperação internacional, os quais, se configuram como problemas de ação coletiva. Desta maneira, as instituições são úteis porque na prática resolvem grande parte dos problemas de ação coletiva (Halle Taylor, 2003).

É nesse ponto que a lógica da ação coletiva toma vida no presente trabalho, mobilizando o arcabouço teórico e tomando como base dois de seus principais expoentes: Mancur Olson e Elinor Ostrom. Assim, como as derivações e aplicações na política internacional realizadas em parceria com Robert Keohane, com o fim de analisar o surgimento da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) no período conhecido como a “Onda Rosa” ou “Virada à Esquerda”. Nesse sentido, a integração regional dos estados sul-americanos, é colocado como o principal problema de ação coletiva a ser resolvido, sobre o qual produziram-se variadas tentativas, como por exemplo, a Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1969, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, a Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA) em 2004, a própria União de Nações Sul-americanas (UNASUL) em 2008 e mais recentemente, a Aliança do Pacífico em 2011.

Para cumprir com o objetivo, se propõe uma aplicação prática das "variáveis estruturais" propostas por Elinor Ostrom (2007) às interações levada a cabo pelo grupo de presidentes das nações sul-americanas em três momentos diferentes. O primeiro deles é durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul realizada em 2004, a qual gerou a declaração de Cuzco que deu vida à Comunidade Sul-americana de Nações (CSN). O segundo está representado pela Reunião Extraordinária Chefes de Estado da CNS em 2008, a qual formulou o tratado constitutivo da UNASUL. Finalmente, o último momento de análise, é a ratificação do Tratado Constitutivo da UNASUL em 2011.

O artigo se encontra dividido em duas partes. A primeira parte compreende a abordagem e exploração detalhada das variáveis a serem utilizadas, procurando estabelecer alguns fatores que nos permitam caracterizar melhor o caso escolhido. Esta primeira parte se considera importante, já que constitui a fundamentação teórica de uma reflexão mais ampla que está em desenvolvimento, sobre o comportamento dessa instituição nos seus 10 anos de vida. A segunda parte está relacionada com a aplicação de tais variáveis ao caso da UNASUL, focalizando a análise nas interações geradas entre os chefes de Estado durante os três momentos descritos anteriormente. O artigo finaliza, interpretando os resultados obtidos à luz da teoria estudada, criando pontos de encontro entre a literatura aplicada a nível local, com aquela aplicada a nível

global, já que ambas, enfatizam que “as instituições aumentam a disponibilidade de informações e reduzem os custos de transação - os custos de planejar, monitorar e fazer cumprir as regras” (Keohane e Ostrom, 1995, p.404).

2. Materiais e métodos

O presente exercício parte do pressuposto de atores estatais, representados neste caso, pelos chefes de governos dos países sul-americanos que se encontram numa interação estratégica envolvendo a criação de uma organização regional abrangente a todos os estados da região: a UNASUL. Assume-se, portanto, que esses atores apresentam um comportamento racional, embora "social", o que quer dizer, de acordo com Weber (1999) que os atores tomam em conta os outros, na escolha de suas ações. Assim, esses sujeitos estão imersos no que Elinor Ostrom (2007) chamou de “dilema social”, para se referir a um “cenário no qual os indivíduos escolhem ações em uma situação interdependente” (Ostrom, 2007, p. 186).

248

O conceito de *cooperação* desenvolvido por Robert Axelrod e Robert Keohane (1985) foi adotado para enquadrar as interações dadas entre os chefes de governo em prol da constituição da UNASUL. As relações cooperativas, aqui analisadas, são entendidas através desse conceito, que considera tantas noções realistas quanto liberalistas de cooperação, sendo um ponto intermediário entre visões que: a colocavam como um instrumento para obter ganhos; e aquelas que a compreendiam como um comportamento harmônico onde existia afinidade total de interesses. Neste sentido, a desordem social da falta de Cooperação, segundo Jon Elster (2006), manifesta-se como uma precondição a ser superada pela possibilidade da ação coletiva. Desta forma, a ação social se desenvolve num contexto de cooperação entre indivíduos ou grupos, neste caso entre estados -representados aqui pelos seus presidentes-, mesmo que isso não signifique uma situação de pleno entendimento ou falta de conflito. Pelo contrário, corresponde a uma situação onde os interesses envolvidos no processo são, portanto, de distintas índoles, as posições entre os agentes variam, assim como, os custos e benefícios da participação na ação coletiva.

Outro elemento importante que deve se explicar, é o fenômeno no qual se enquadra o surgimento da UNASUL denominado como “*Onda Rosa*” ou “*o giro à*

esquerda” da política latino-americana. Entendido como “onda sem precedentes de vitórias eleitorais por candidatos presidenciais esquerdistas na América Latina” (Levistky e Roberts, 2011, p. 1) cuja origem é atribuída pelos autores ao ano de 1998. Nas palavras de outros autores, como Silva (2014), o fenômeno da Onda Rosa se caracterizou pela chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda nos primeiros quinze anos do século XXI na América Latina. Tais setores de esquerda se distinguem em princípios e *práxis* das gerações anteriores, correspondendo ao que Garcia (2005) chamou de “terceira onda”, uma “terceira geração de esquerda”.

Finalmente, o presente artigo pretende servir-se das *variáveis estruturais* recopiladas por Elinor Ostrom (2007) para aplicá-la ao caso do surgimento da UNASUL. Ditas variáveis são postuladas como elementos que afetam a probabilidade de indivíduos alcançarem ação coletiva para superar dilemas sociais (Ostrom, 2007, pp.187- 188) e foram classificadas pela autora de acordo com critério de repetição ou não repetição, ou seja, variáveis que se manifestam independentemente de um cenário recorrente e aquelas que precisam dele para se manifestar.

249

Quadro 1-Variáveis estruturais da ação coletiva que se manifestam em situações de repetição e não repetição.

Variáveis que não dependem essencialmente de uma situação repetida	Variáveis onde a repetição da situação as torna possível
O número de participantes envolvidos	Informações sobre ações passadas
Se os benefícios são subtrativos ou totalmente compartilhados (ou seja, bens públicos versus recursos comuns)	Como os indivíduos estão ligados
A heterogeneidade dos participantes	Se os indivíduos podem entrar ou sair voluntariamente
Comunicação face a face	
A forma da função de produção.	

Fonte: Elaboração própria, baseado em OSTROM, 2007, p. 188.

EXPLORAÇÃO DAS VARIÁVEIS ESTRUTURAIS

Esta seção visa a exploração da teoria da ação coletiva, com foco nas denominadas: *variáveis estruturais*. Ditas variáveis serão revisados com base no caso da UNASUL, sendo operacionalizadas unicamente as variáveis estruturais *que não dependem da repetição* para se manifestar. Isto deve-se a que, o caso analisado não

apresenta ações repetidas, pois o surgimento da UNASUL, embora conte com precedentes, como por exemplo, a Declaração de Cuzco em 2004, seria inadequado considerá-los como ações repetidas.

2.2. Variáveis que não dependem essencialmente de uma situação repetida

➤ Número de participantes envolvidos:

O tamanho dos grupos é um aspecto amplamente debatido na ciência política, desde que Mancur Olson postulou “Alógica da ação coletiva” em 1965. Nesse livro, o autor começa discutindo a *teoria tradicional dos grupos sociais*, fazendo uma análise de sua variável informal e formal, descartando a “tese dos instintos ou propensões para formar grupos” (Olson, 1999, p. 32) e propondo uma interpretação funcionalista para entender a formação e manutenção de associações voluntárias. Olson (1999) discorda da teoria tradicional que “parte do princípio de que os grupos pequenos e grandes diferem em grau, mas não em tipo” (Olson 1999, p 32) e tenta explicar suas diferenças com base na probabilidade de sucesso na obtenção de bens públicos.

250 Analisar o tamanho desse grupo com base só na variável “*número de participantes*” parece ser insuficiente. Pelo qual, assumiremos o *comportamento do indivíduo dentro do grupo* - aspecto introduzido pelo Olson-, como uma variável complementar para entender melhor o surgimento da UNASUL. Desta forma, baseia-se na breve explicação do Olson (1999) sobre os pequenos grupos, que assume o custo (C) como função da taxa (T) de obtenção de benefícios ($C=f(T)$), ou seja, o custo do indivíduo com a ação coletiva dependerá do grau em que este será favorecidos e o grupo atingir o benefício. Isso explica-se por que cada indivíduo confere um valor diferente ao benefício público almejado pelo grupo (Olson, 1999, pp. 34-35).

Uma vez considerado os custos, outro aspecto importante que considera os indivíduos, mesmo antes de iniciar a ação coletiva, são as *vantagens* que ele terá ao fazer parte desta .Olson (1999) formaliza essa questão através de uma fórmula matemática, que determina, em termos reais qual seria essa vantagem, representada pela seguinte função:

$$A_i = V_i - C,$$

onde,

A_i são as vantagens,

V_i representa o ganho que corresponde ao indivíduo,

C são os custos da obtenção do benefício coletivo.

No entanto, chama a atenção o fato de que Olson (1999) calcula as vantagens individuais com relação ao custo total do grupo (C) e não ao custo individual de cada participante (*C_i*). Desta forma, podemos propor uma formulação alternativa que considere as vantagens em termos proporcionais e individuais, dada pela seguinte fórmula:

$$F_{ai} = F_i - F_{ci},$$

onde,

F_{ai} seria a proporção das vantagens do indivíduo,

F_i corresponde à fração para o indivíduo, ou seja, a porção do ganho individual (*V_i*) com relação ao ganho total do grupo (*V_g*), representada pela fórmula:

$$F_i = V_i/V_g \text{ ou em linguagem matemática: } F_i = V_i / \sum_{i=1}^n V_i$$

F_{ci} seria então, a fração do custo individual, em outras palavras, quanto representa o custo assumido individualmente (*C_i*) no custo total do grupo (C), simbolizada da seguinte maneira: *F_{ci}*= *C_i*/C ou em termos matemáticos: $F_{ci} = C_i / \sum_{i=1}^n C_i$

Com isto, podemos entender como os cálculos individuais afetam o comportamento do grupo, tal como evidenciado pelo Olson (1999), já que “o que o grupo fará dependerá do que os indivíduos desse grupo fizerem, e o que os indivíduos farão dependerá das vantagens relativas que lhe oferecerão os cursos da ação alternativos” (Olson, 1999, p.35). Assim, a fórmula aqui proposta, das *vantagens proporcionais*, contribui com essa interpretação, pois com ela percebe-se que o funcionamento de um grupo não só dependerá do comportamento de seus membros, mas também das posições que estes ocupam devido a seu tamanho. Desta maneira, concorda-se com Olson (1999) quando afirma que, não é suficiente, considerar apenas

o número de indivíduos ou unidades de um grupo, pois a F_i de qualquer membro dependerá, tanto do número de membros do grupo, como também do *tamanho* (S_i) de cada membro tomado individualmente.

➤ Benefícios subtrativos versus totalmente compartilhados

A discussão sobre a característica do objeto da ação coletiva, isto é, se são bens públicos ou recursos comuns, ocupa um lugar central na teorização dos diversos tipos de arranjos sociais, tanto no nível local quanto no internacional.

Para entender como tais conceitos podem ser aplicados em casos concretos, devemos partir da sua definição, para logo, determinar quais são suas diferenças. Assim, Olson(1999) adota o conceito de benefício público desenvolvido nas finanças públicas, definindo-o da seguinte maneira: “um benefício público, coletivo ou comum é (...) qualquer benefício que, se for consumido por qualquer pessoa X_i em um grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não pode viavelmente ser negado aos outros membros desse grupo” (Olson, 1999, p. 26). Nesta definição, destacam-se dois elementos importantes, que ajudarão a estabelecer as diferenças com os recursos comuns. O primeiro deles é que a maioria dos benefícios coletivos só podem ser definidos com relação a um grupo específico. E o segundo, é que uma vez definido o grupo pertinente, está implicada nessa definição a “inviabilidade de excluir os consumidores potenciais” (Olson, 1999, p. 26).

Por outro lado, o termo “recurso comum” ou “*common-pool resource*” (CPR’s), assim denominado por Elinor Ostrom (1990), refere-se “a um sistema de recursos naturais ou criados pelo homem, que é suficientemente grande para tornar dispendioso (mas não impossível) excluir os possíveis beneficiários de obter benefícios de seu uso” (Ostrom, 1990, p 30, *grifo nosso*). Aqui também devemos apontar dois elementos importantes que nos ajudam a entender os processos de organização e controle dos CPR’s. Tais elementos são: o *sistema de recursos* e o *fluxo de recursos* (Ostrom, 1990). O primeiro elemento se refere ao conjunto de recursos que são objeto da ação coletiva, ou seja, a ação empreendida em muitos casos está diretamente relacionada com a forma como devem ser administrados tais recursos. O segundo elemento, compreende os recursos gerados da administração dos sistemas, isto é, da

ação coletiva que prevê seu controle. Em outras palavras, “os sistemas de recursos são melhor pensados como variáveis de estoque, que sob condições favoráveis são capazes de produzir uma quantidade máxima de uma variável de fluxo sem prejudicar o estoque ou o próprio sistema de recursos” (Ostrom, 1990, p. 36).

Uma das maiores diferenças entre os benefícios públicos e recursos comuns, se dá pela forma que assume o *consumo* nas ações coletivas que os originam. No caso dos **bens coletivos**, uma vez definido o grupo, o consumo do benefício não pode ser negado a nenhum de seus membros, embora algum deles não tenha participado da ação coletiva, ou seja, são benefícios totalmente compartilhados; enquanto que, nos **recursos comuns** a restrição do consumo, embora difícil, pode ser aplicada aos membros do grupo que não participaram da ação coletiva, configurando-se como benefícios subtrativos. Por outro lado, o consumo de um **benefício comum** feito por algum membro do grupo, não esgota a quantidade disponível para o restante, ao passo que, nos **recursos comuns**, as unidades disponíveis são reduzidas à medida que são consumidas por algum dos participantes envolvidos na ação coletiva.

253

➤ Heterogeneidade dos participantes

São variadas as interpretações de como se estabelece a heterogeneidade de um grupo, em outras palavras, o grau de diversidade de seus participantes. No entanto, no presente exercício assumiremos as dimensões da heterogeneidade apontadas por Keohane e Ostrom (1995), empregando-as como categorias de análise que orientem nossa interpretação sobre tal indicador.

Keohane e Ostrom (1995) no seu livro *Local Commons and Global Interdependence*, apresentam a heterogeneidade como uma das *variáveis focais* junto com o número de participantes. Esta colocação é fruto da exploração bibliográfica e sistematização dos artigos relacionados, assim como os que compõem o livro. O que permite aos autores, recopilar uma série de dimensões que possibilitam aferição dos diferentes tipos de heterogeneidade geradas na ação coletiva.

A primeira dimensão enunciada pelos autores é a *capacidades dos atores*, entendida como os ‘ativos’ que são usados na tentativa de alcançar objetivos (Keohane e Ostrom, 1995). Desta maneira, indivíduos, grupos, organizações e Estados, se

diferenciam através dos bens ou competências aos que tem acesso de forma restrita. Assim, o exercício de influência sobre outros ‘jogadores’ é viável, tanto em pequena escala quanto na política mundial, dado o poder dos jogadores, isto é, capacidade de traduzir recursos em influência sobre os resultados (Keohane e Ostrom, 1995, p. 8).

Uma segunda dimensão refere-se as *preferências*, definidas como as avaliações dos benefícios e custos individuais das políticas⁴ ou participações -tendo em vista as expectativas dos atores sobre os resultados prováveis-, e dos próprios resultados. Dito de outro modo, as preferências são estabelecidas em relação às políticas/participações e resultados (Keohane e Ostrom, 1995). Neste sentido, a resposta às perguntas: o que eu quero? quando o quero? e como o quero?, exemplificam em boa medida a forma como se constroem as preferências individuais. Sendo de vital importância para o presente exercício analítico, se considerarmos que a *orientação ideológica* dos chefes de Estado das nações sul-americanas, em boa medida se define mas preferências e suas intensidades. A relação entre intensidade de preferências e heterogeneidade, é analisada por Martin (1994) quem examina seus efeitos, entendendo que, todas as pessoas podem valorizar os mesmos bens, mas em graus diferentes (Keohane e Ostrom, 1995).

A última dimensão principal da heterogeneidade é a *informação e crenças*, a qual, devido seu impacto distintivo na cooperação, é colocada em uma própria categoria e não considerada como parte das capacidades, embora a *informação* possa ser vista como uma (Keohane e Ostrom, 1995). Isto deve-se, a que possibilidade de obtenção de informação, especialmente aquela que é privilegiada, permite aos atores – ‘players’ – aumentar os benefícios obtidos antecipando movimentos, os quais são possíveis graças à assimetria informacional. Assim, “não é novidade que indivíduos com diferentes níveis de informação obtenham resultados mais ou menos favoráveis” (Keohane e Ostrom, 1995, p.9).

⁴ Deve-se esclarecer que na definição original os autores utilizam o termo “policies” para se referir as ações empreendidas pelas organizações objeto de análise. Assim entendido, se estende a noção de “policies” para incluir as ações ou participações dos indivíduos. Segue-se texto original: “Preferences refer to evaluations of the individual benefits and costs of policies (in view of actors' expectations of likely resulting outcomes) and of the outcomes themselves: preferences over policies and outcomes, respectively (Keohane e Ostrom, 1995, p.7)

Por outro lado, chama a atenção os autores terem incluído as *crenças* dentro desta categoria, que mesmo sendo interessante e inovadora, não aparenta interagir ao unísono com a forma como se manifesta a *informação*. No entanto, discussões como as feitas por Ostrom (1994) sobre a *constituição do capital social e a ação coletiva*, enfatizam sobre a importância das redes de comunicação, normas de práticas sociais e relações de confiança, as quais podem facilitar a cooperação dentro das comunidades. Assim, os autores evidenciam a noção de “*comunidade*” proposta por Taylor (1987), considerando que inclui questões de homogeneidade de crenças, informações e capital social (Keohane e Ostrom, 1995).

Finalmente, os autores também reconhecem que existem outras dimensões da heterogeneidade como *autoridade interna* e *as estruturas de tomada de decisão*, amplamente discutidas nas relações internacionais e na política comparada (Keohane e Ostrom, 1995). No entanto, tais elementos não são incluídos no modelo inicial que eles desejam analisar, sendo que, a pergunta que os orienta na realização da análise, exprime-se da seguinte forma: “Em que condições a heterogeneidade (*de capacidades, preferências ou informações e crenças*) dificulta ou facilita uma ação coletiva efetiva?” (Keohane e Ostrom, 1995, p.8).

➤ Comunicação face a face

Quando a comunicação é permitida numa interação estratégica, sejam do tipo mais complexo como o dilema do prisioneiro ou situações menos conflitivas como a criação de organizações coletivas, no caso do presente trabalho, ela gera diferenças substanciais. Kerr e Kaufman-Gilliland (1994, p.514) explicam que a comunicação ajuda em vários aspectos, como por exemplo: a facilitar a compreensão do jogo, promover a coordenação na ação cooperativa, alterar as expectativas do comportamento provável dos outros jogadores, melhorar as normas gerais de benevolência, promover a solidariedade, entre outros. Desta maneira, Smith (2010) mostra que, em ambientes de recompensa, que vão desde jogos de coordenação passando pela reciprocidade condicional ou indireta até interações sinalizadoras, “a comunicação linguística pode desempenhar um papel crítico em favorecer a evolução da ação coletiva” (Smith, 2010, p. 240).

A forma como se manifesta a comunicação, em outras palavras, os meios pelos quais se comunicam os interlocutores de uma ação coletiva, também ocupa um lugar relevante nesta análise. Assim, para Frohlich e Oppenheimer (1998, p.400), “tanto a comunicação face a face quanto a eletrônica, podem ajudar a superar amplamente os dilemas tradicionais”. No entanto, a comunicação eletrônica é menos útil do que a comunicação face a face em situações de cooperação mais problemáticas como o Dilema do Prisioneiro (DP) convencional. Assim, tal como menciona Ostrom (2007, p. 91) a eficácia da comunicação parece estar relacionada com a confiança crescente que os indivíduos adquirem, quando promessas são feitas para eles em um ambiente face-a-face.

➤ A forma da função de produção

Toda interação social envolve indivíduos que tomam decisões considerando suas preferências e a dos demais. O cálculo dessas decisões, feito muitas vezes de forma instintiva e intuitiva, considera os benefícios que nossas ações podem gerar para o resto dos participantes da interação e o custo que teremos de assumir com cada uma de nossas escolhas. Esses cálculos podem ser ilustrados através da curva da função de produção, que tem o objetivo de “capturar toda a relação de produção entre os custos individuais suportados e o valor recebido do bem coletivo” (Marwelle Oliver, 1993, p.58). Assim, tais funções podem registrar diversas formas, que depende de outras variáveis envolvidas na interação, como número de participantes ou critérios de heterogeneidade ou homogeneidade, por exemplo.

Marwell e Oliver (1993), continuando o trabalho iniciado por Anthony Oberschall (1980), procuraram analisar a relação entre a forma da função de produção e a probabilidade de ação coletiva. Para tanto, propuseram 5 tipos de função de produção que registram as dinâmicas mais importantes da ação coletiva, elas são: Função descontínua (StepFunction), Função Linear, Função de Terceira Ordem, Função Não-linear Desacelerada e Função Não-linear Acelerada.

Cada um desses tipos de função de produção, são aplicados a manifestações diferentes de ações coletivas. Assim, a *função descontínua* evidencia aquelas situações onde é necessário um número k de participantes para produzir o benefício, isto

significa que k é o ponto de provisão do bem. Assim, “até que o benefício seja realmente produzido, não é possível fazer “free-rider” com a contribuição dos outros” (Ostrom, 2007, p.192). Esta curva é aplicada à provisão de bens públicos. As *funções lineares* por outro lado, consideram que cada unidade adicionada de contribuição produz aproximadamente a mesma quantidade do bem coletivo, sendo que Marwell e Oliver (1993) consideram essa teorização como muito ingênua. Tais funções são usadas extensivamente em Dilemas do Prisioneiro (DPs) de n -pessoas e jogos públicos (Ostrom, 2007, p. 192).

No caso da *função de terceira ordem*, também conhecida como o ‘caso geral’ de Oberschall (S-shape), na qual focaram seu estudo, dividindo-a em duas classes. A primeira delas, foi chamada de *função não-linear acelerada* a qual representa a primeira parte da função de terceira ordem, o que quer dizer que, os custos de partida são especialmente altos gerando um longo período inicial de retornos baixos, seguido por um período de retornos elevados que se estendem até a faixa de contribuições viáveis (Marwell e Oliver, 1993). Assim, as contribuições iniciais produzem pequenos incrementos, enquanto as contribuições posteriores geram benefícios progressivamente maiores (Ostrom, 2007). De maneira que, a aceleração das funções de produção é caracterizada pela interdependência positiva: cada contribuição faz com que a próxima valha mais a pena e, portanto, seja mais provável (Marwell e Oliver, 1993, p.63). Em oposição, a *função não-linear desacelerada*, corresponde à segunda parte da função de terceira ordem e significa que, enquanto todas as contribuições aumentam os benefícios totais do grupo, os retornos marginais, quer dizer, o resultado extra produzido pela variação em uma unidade de contribuição, diminuem à medida que mais indivíduos contribuem. Assim, nesse tipo de função “as contribuições iniciais têm muito mais impacto do que as contribuições posteriores” (Ostrom, 2007, p. 192).

2.3. Aplicação das variáveis estruturais

Os dados que são apresentados a seguir correspondem aos resultados da aplicação inaugural das variáveis estruturais, exploradas na discussão anterior, no objeto de análise do presente exercício, ou seja, na ação coletiva que envolve o surgimento da UNASUL.

➤ Número de participantes envolvidos:

O surgimento da UNASUL passa então, por analisar os três momentos fundacionais que definiram sua orientação. O primeiro deles é a III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada entre os dias 7 e 9 de dezembro de 2004, da qual se gerou a conhecida **Declaração de Cuzco** assinada em 8 de dezembro de 2004 pelos mandatários presentes e os delegados dos ausentes e que deu origem à Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN). O segundo momento, estaria determinado pela Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, recém nomeada como União de Nações Sul-americanas, levada a cabo em 23 de maio de 2008, na qual se formulou o Tratado Constitutivo da organização. E finalmente, o último momento, seria a entrada em vigência desse tratado, em 11 de março de 2011, quando 9 dos 12 países membros tinham logrado a ratificação do Tratado Constitutivo pelos seus respectivos congressos ou parlamentos. Dessa maneira, o poder legislativo respaldava a decisão dos presidentes de serem membros oficiais da UNASUL.

258

Quadro 2-Presidentes Sul-americanos que referendaram a Declaração de Cuzco⁵.

País	Presidentes	Mandato
Argentina	Néstor Carlos Kirchner	2003-2007
Bolívia	Carlos D. Mesa Gisbert	2003-2005
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2006
Chile	Ricardo Lagos Escobar	2000-2006
Colômbia	Álvaro Uribe Velez	2002-2006
Equador	Lucio Gutiérrez	2003-2005
Guiana	Bharrat Jagdeo	1999-2011
Paraguai	Nicanor Duarte Frutos	2003-2008
Peru	Alejandro Toledo Manrique	2001-2006
Suriname	Ronald Venetiaan	2000-2010
Uruguai	Jorge Batlle	2000-2005
Venezuela	Hugo Chávez Frias	2002-2007

Fonte: Elaboração própria.

⁵ É importante esclarecer que presidentes como: Néstor Carlos Kirchner da Argentina, Lucio Gutiérrez do Equador, Nicanor Duarte Frutos do Paraguai e Jorge Batlle do Uruguai não estiveram presentes na reunião, mas seus delegados referendaram a declaração em nome deles e seus respectivos países.

Quadro 3-Presidentes Sul-americanos que participaram da reunião extraordinária que deu origem à UNASUL gerando seu Tratado Constitutivo⁶.

País	Presidente	Mandato
Argentina	Cristina Fernández de Kirchner	2007-2011
Bolívia	Evo Morales Ayma	2006-2010
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	2007-2010
Chile	Michelle Bachelet Jeria	2006-2010
Colômbia	Álvaro Uribe Velez	2006-2010
Equador	Rafael Correa	2007-2010
Guiana	Bharrat Jagdeo	1999-2011
Paraguai	Nicanor Duarte Frutos	2003-2008
Peru	Alan García Pérez	2006-2011
Suriname	Dési Bouterse	2010-
Uruguai	Tabaré Vázquez	2005-2010
Venezuela	Hugo Chávez Frias	2007-2013

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4-Data de ratificação no Senado do Tratado Constitutivo da UNASUL por países e presidentes em ordem ascendente⁷.

País	Presidente	Mandato	Data de ratificação
Bolívia	Evo Morales Ayma	2006-2010	05 de setembro de 2008
Equador	Rafael Correa	2007-2010	15 de julho de 2009
Guiana	Bharrat Jagdeo	1999-2011	12 de fevereiro de 2010
Venezuela	Hugo Chávez Frias	2007-2013	13 de março de 2010
Peru	Alan García Pérez	2006-2011	6 de maio de 2010
Argentina	Cristina Fernández de Kirchner	2007-2011	10 de junho de 2010
Chile	Michelle Bachelet Jeria	2006-2010	8 de setembro de 2010
Suriname	Dési Bouterse	2010-	5 de novembro de 2010
Uruguai	José Mujica	2010-2015	30 de novembro de 2010
Colômbia	Juan Manuel Santos	2010-2014	28 de janeiro de 2011
Brasil	Dilma Rousseff	2011-2014	14 de julho de 2011
Paraguai	Fernando Lugo	2008-2012	11 de agosto de 2011

Fonte: Elaboração própria.

Nos quadros 2, 3 e 4 tentou-se apresentar brevemente os presidentes sul-americanos que participaram do surgimento da UNASUL nos três momentos aqui abordados. Essa sistematização despretensiosa permitiu identificar alguns elementos importantes com relação aos participantes e alguns achados interessantes com relação

⁶O único presidente que faltou nessa reunião foi o presidente de Uruguai, Tabaré Vázquez, mas foi representado pelo seu Vice-presidente Rodolfo Nin Novoa.

⁷Nesse quadro achou-se importante mencionar o presidente que estava no poder no momento da ratificação pelo senado - em alguns casos parlamento - do Tratado Constitutivo da UNASUL, sem querer desconhecer obviamente os processos impulsados pelos mandatários anteriores em muitos casos vitais para esse acontecimento.

ao processo. O primeiro deles é que houve presidentes que participaram dos três momentos como o presidente da Venezuela Hugo Chávez Frias e o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, ou seja, permaneceram no poder de forma contígua pelo menos 10 anos.

Outros presidentes não entanto, como Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil ou Álvaro Uribe Velez da Colômbia participaram principalmente dos dois primeiros momentos de negociação, mas deixaram encaminhado o processo de aprovação do Tratado Constitutivo no Senado, o qual foi respaldado pelos seus sucessores Dilma Rousseff e Juan Manuel Santos, respectivamente. Nesse sentido, é importante chamar a atenção ao fato de que, em ambos casos os sucessores faziam parte do mesmo partido do predecessor e sua vitória eleitoral esteve relacionada com a intenção de certa continuidade das plataformas políticas anteriores, nas quais se achavam considerações sobre a política externa envolvendo conteúdos relacionados com a integração regional.

260

O caso da Argentina é semelhante ao anterior, com a diferença de que o presidente Néstor Carlos Kirchner só participou da primeira negociação que deu origem à CSN e foi sua predecessora e ademais esposa, Cristina Fernández de Kirchner, eleita pelo Partido Justicialista, quem esteve presente na negociação do Tratado Constitutivo e impulsionou sua aprovação no parlamento. Por outro lado, Uruguai foi o único país que teve mudança de presidente nos três momentos, Jorge Batlle do Partido Colorado fez parte da primeira negociação, depois Tabaré Vázquez pelo Frente Amplo participou da reunião que deu origem ao Tratado Constitutivo e, finalmente, José Mujica também pelo Frente Amplo, foi o encarregado de referendá-lo.

O restante dos países como Bolívia, Chile, Equador, Peru e Suriname seguiram basicamente uma tendência, onde tiveram um presidente que participou da primeira negociação da CSN, logo trocou para outro presidente que esteve presente tanto na conformação do Tratado Constitutivo quanto na sua aprovação. Paraguai, no entanto, teve a Nicanor Duarte Frutos do Partido Colorado nos dois primeiros momentos e depois a Fernando Lugo pela Aliança Patriótica. Este último foi responsável por pela aprovação do Tratado no congresso, o que denota que, não por acaso, Paraguai foi o

último país em ratificar o Tratado, sendo esta situação fruto das dificuldades crescentes que afrontavam o presidente em se conectar com o órgão legislativo.

Esses elementos apontados anteriormente, contribuem apontar certos aspectos que analisados mais de perto, revelariam certos padrões do comportamento do sistema político de aqueles países de forma geral e novos elementos introduzidos pela Onda Rosa.

Em conclusão, se analisarmos a ação coletiva que gerou à UNASUL pela variável “*número de participantes envolvidos*”, teremos um pequeno grupo de 12 chefes de governo de nações sul-americanas. Este grupo é composto por membros de tamanhos (Si) diferentes, portanto, frações de ganho desiguais (Fi). Tais frações estão relacionadas às motivações e aos interesses de cada presidente sobre fazer parte ou não da UNASUL, em outras palavras, esse elemento ajuda explicar o comportamento dos chefes de governo na interação estratégica com seus homólogos.

Por outro lado, naquele momento e sob as condições geradas pela Onda Rosa, o Brasil na direção de Luiz Inácio Lula da Silva pode ser apontado como “maior membro do grupo” ou “liderança” como a denomina Olson (1965). Isto não só se explica pelo tamanho natural de Brasil na região, nem pela intenção clara de querer aumentar sua influência nela, mas principalmente pelo fato de que o perfil de Lula, que diferente de Hugo Chávez, contava com a vantagem da identificação ideológica com o resto de presidentes de esquerda da região, mas ao mesmo tempo, era respeitado pelos presidentes que não faziam parte da *Onda*. Situação que outorgava mais legitimidade a um processo de integração impulsionado por Lula do que por Chávez no longo prazo, mas que traria implicações para o Brasil, já que teria de arcar com uma parte desproporcionada do ônus pela formação dessa organização como encadeamento direto de sua posição nessa interação.

➤ Benefícios subtrativos *versus* totalmente compartilhados

O bem objeto da ação coletiva da UNASUL é melhor representado aqui pelos recursos comuns (CPRs), pois parte da ideia da *região* como um recurso compartilhado, que deve ser administrado em conjunto por todos os países que a compõem, e que, essa administração pode gerar novos recursos para os países

envolvido na administração. Esse fluxo de recursos gerados como resultado da UNASUL é de base subtrativa, ou seja, os benefícios podem ser negados aqueles que não façam parte desta.

Eventualmente, essa interação também pode gerar bens comuns, como é o caso da estabilidade regional, os quais não podem ser restringidos aos não-membros, no entanto, considera-se que esse é um resultado indireto e não faz parte do objeto central da organização.

Nessa direção, o Banco do Sul, entidade vinculada à UNASUL, pode nos servir de exemplo para reforçar a proposição anteriormente descrita com relação ao comportamento desta variável no caso aqui analisado. Assim, o Banco do Sul conforme registrado no Capítulo II de seu convênio constitutivo denominado “objetivos e funções” no Art. 2.1. estabelece que:

O Banco tem por objetivo financiar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Países Membros, em forma equilibrada e estável fazendo uso da poupança intra e extra regional; fortalecer a integração; reduzir as assimetrias e promover a equitativa distribuição de os investimentos entre os Países Membros. (Convênio Constitutivo Banco do Sul, 2009)

Pelo anterior, fica clara a intenção de limitar o escopo de atuação do Banco unicamente para os “*Países Membros*” e a vinculação com objetivos mais abrangentes como o da própria integração regional, especificamente com a UNASUL e seus próprios membros. No Art. 2.2 do mesmo capítulo, esta relação fica mais evidente quando se aponta que “o Banco prestará assistência creditícia unicamente nos Países Membros para a execução de projetos no âmbito territorial da UNASUL”. Desta maneira, é possível constatar que os benefícios da ação coletiva da UNASUL e órgão complementares, são principalmente de base subtrativa, onde atores não envolvidos na ação ficam de fora do usufruto dos produtos gerados por ela.

➤ Heterogeneidade dos participantes

A heterogeneidade é um aspecto de vital importância, no qual se deve prestar muita atenção para analisar o caso do surgimento da UNASUL. Pois, se bem existem diferenças de *capacidades* entre os países da região sul-americana, em termo de

recursos, população e trajetória histórica, e que, com exceção do Brasil o resto de países apresentam ativos materiais semelhantes, as duas dimensões que mais interferem na análise retrospectiva do resultado dessa ação coletiva são: as *preferências* e as *crenças* -esta última compartilha lugar com a categoria de informações proposta por Keohane e Ostrom (1995).

As preferências dos mandatários orientam de alguma maneira o curso de um país, mesmo com as devidas contingências internas, essas preferências são influenciadas a sua vez pela orientação ideológica e conjunto de significações as quais eles atribuem valor. Nesse processo de formação de preferências, o fato de que, entre 2007 e 2014, mais de 80% dos presidentes dos países sul-americanos representassem ideais de esquerda ou apresentassem conteúdos programáticos progressista de esquerda, denota um impacto na heterogeneidade da região que converge em uma direção levando consigo aqueles que não se identificavam necessariamente com esse conjunto de valores, como é o caso do Mandatário colombiano Juan Manuel Santos, quem momento de ratificação do Tratado Constitutivo da UNASUL representava o ator mais inclinado à direita (Ver Quadro 3).

Por outro lado, a crença que poderia existir uma comunidade de nações sul-americanas forte, que se projetara no sistema internacional de maneira distinta como o tinha feito até aquele momento, não mais de forma desagrupada ou inconstante e sim de forma coesa, era uma ideia que tinha aceitação em grande parte da população⁸.

Não é possível dizer nesta análise, quais são as preferências individuais de cada ator ou que eles esperavam ganhar ou deixavam de perder ao se vincular com essa iniciativa. No entanto, é possível afirmar que, o contexto gerou uma situação propícia onde, ainda existindo heterogeneidade, ela foi reduzida ao ponto que permitiu a formação da UNASUL com particularidades que definem hoje em dia.

⁸Aqui, é importante destacar que a opinião dos cidadãos dos países sul-americanos com relação à integração regional tem sido muito favorável. Dados do Latino Barômetro, mostram como no ano de 2002, 69% da população estava a favor da integração – 26% correspondem a “muito a favor” e 43% a “algo a favor” -, e como esses índices continuam se mantendo ainda hoje, com uma pequena diminuição nas cifras de 2016 quando correspondeu a 65% -23% “muito a favor” e 42% “algo a favor”.

➤ Comunicação face a face

A comunicação face a face entre os atores envolvidos na ação coletiva, neste caso, entre os presidentes das nações sul-americanas, é facilmente constatável através do mapeamento das reuniões periódicas que iniciaram no ano 2000 e que continuaram dando origem à UNASUL.

Quadro 5-Ordem cronológica de reuniões de Chefes de Estado das Nações Sul-americanas que deram origem à UNASUL.

Data	Reunião	Lugar
2000	I Reunião de Presidentes da América do Sul	Brasília- Brasil
2002	II Reunião de Presidentes da América do Sul	Guayaquil- Equador
2004	III Reunião de Presidentes da América do Sul	Cuzco e Ayacucho, Peru
2005	I Reunião de Chefes de Estado da CSN	Brasília- Brasil
2006	II Reunião de Chefes de Estado da CSN	Cochabamba- Bolívia
2007	III Reunião de Chefes de Estado da CSN	Ilhas Margaritas- Venezuela
2008	Reunião Extraordinária Chefes de Estado da CSN	Brasília- Brasil
2008	I Reunião de Presidentes da UNASUL	Santiago de Chile- Chile
2009	II Reunião de Presidentes da UNASUL	Quito- Equador
2009	III Reunião de Presidentes da UNASUL	Bariloche- Argentina
2010	IV Reunião de Presidentes da UNASUL	Georgetown- Guiana
2011	V Reunião de Presidentes da UNASUL	Assunção- Paraguai

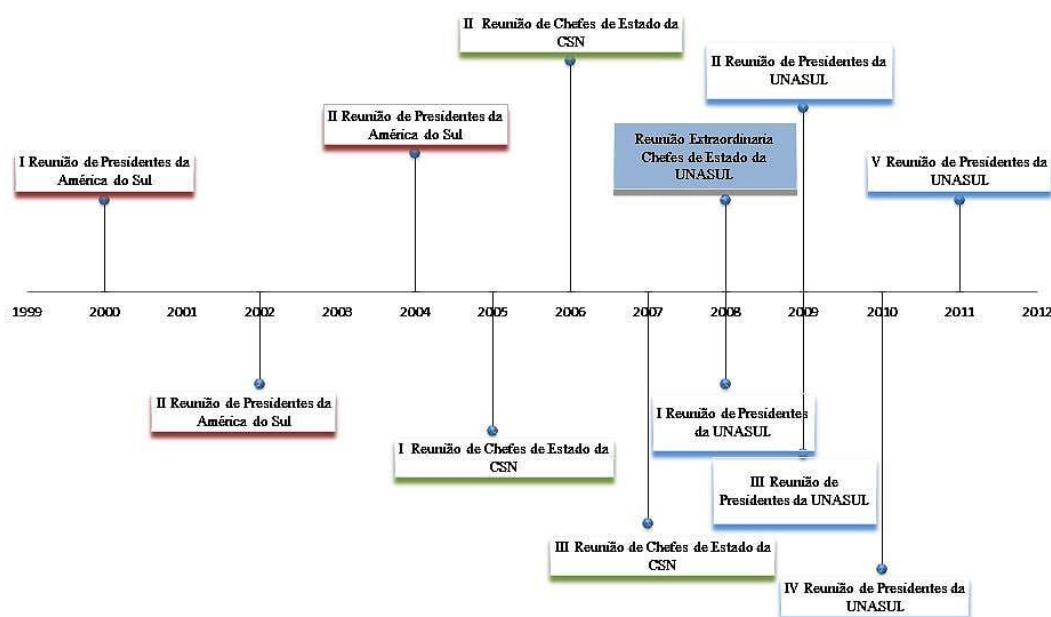
Fonte: Elaboração própria.

O primeiro ciclo de reuniões que vai de 2000 até 2004 compreende as primeiras tentativas de gerar um espaço no qual os presidentes sul-americanos pudessem se encontrar periodicamente, a cada dois anos, para conversar sobre temas de interesse comum. A partir de 2004 até 2007, com o surgimento da Comunidade Sul-americana de Nações (CSN) inicia um outro ciclo de encontros periódicos sobre uma base de maior institucionalização. Por último, é na III Reunião de Chefes de Estado da CSN que se decide trocar o nome da Comunidade Sul-americana de Nações pelo de União de Nações Sul-americanas (UNASUL), conscientes das devidas implicações na estrutura organizacional, escopo e curso futuro desta organização. Assim, é convocada uma reunião extraordinária a ser realizada em Ilhas Margarita na Venezuela, em 23 de maio de 2008, com a finalidade de discutir temas relacionados com a segurança regional, da qual surge o Tratado Constitutivo da UNASUL, dando início a um novo ciclo nos processos de integração regional da América do Sul.

Essas reuniões periódicas entre presidentes se converteram em uma das principais ferramentas de promoção da integração e diálogo de assuntos prioritários de interesse regional, deixando evidências de como os presidentes participaram ativamente de processos relacionados à política exterior, valendo-se de instrumentos como a denominada diplomacia presidencial. Esta ferramenta, nas palavras de Danese (1999, p. 51) corresponde à "condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado ou pelo chefe de governo", a qual segundo José Augusto Albuquerque (1996), se realiza através da atuação do chefe de governo por meio de recursos como: pronunciamentos, participação em foros internacionais ou diretamente como negociador.

No desenho organizacional da UNASUL, fica claro o lugar que ocupam os presidentes e a importância dada por eles a este tipo de interação. Assim, os presidentes sul-americanos se encontram diretamente vinculados aos processos de decisão ao interior do órgão por intermédio de dois mecanismos: o Conselho de Chefes de Estado de Governo e a presidência *pro tempore*. O primeiro deles é o órgão máximo do bloco, encarregado de "estabelecer diretrizes políticas, planos de ação, programas e projetos, bem como sua implementação no processo de integração sul-americano", tal como o estipula a seção A do art. 6 do Tratado Constitutivo (UNASUL, 2011). E o segundo, é posição delegada aos presidentes dos Estados membros, exercida de maneira sucessiva e em ordem alfabética, por períodos anuais, de caráter representativo e organizatório (UNASUL, 2011).

Imagem I-Linha do tempo do Surgimento da UNASUL a partir das Reuniões de Chefes de Estado das Nações Sul-americanas



266

Fonte: Elaboração própria baseado no Quadro 4.

➤ A forma da função de produção

A função de produção da ação coletiva que deu origem à UNASUL corresponde descritivamente com a definição e o comportamento de uma função não-linear desacelerada, curva que corresponde matematicamente à função do Logaritmo Natural (Ln). O que significa que, cada crescimento nas contribuições dos presidentes, leva a uma elevação cada vez menor dos benefícios coletivos produzidos com formação da UNASUL, até chegar um momento em que o aumento das contribuições não gera mais aumento do benefício, ou seja, a função estaciona. Em outras palavras, as contribuições iniciais daqueles de presidentes como Luiz Inácio Lula da Silva ou mesmo Hugo Chávez, que promoveram a criação da UNASUL foi mais significativa do que aqueles que se juntaram depois, como Álvaro Uribe Velez, quando a proposta de integração chegou a níveis de aceitação dos principais países da região. Nesse momento, a iniciativa já era vista como uma possibilidade real de articulação, mesmo que ela fosse guiada em grande medida pela convergência ideológica.

Uma evidência do papel desempenhado por atores como o Brasil, representado pelo seu presidente, e sua importância na indução de iniciativas de integração regional no âmbito sul-americano, pode ser constatada ao analisar a frequência do número de vezes, que nessa primeira fase o Brasil serviu de sede para a realização de reuniões fundamentais para a concreção da UNASUL.

Quadro 6-Frequência dos países escolhidos como sede das reuniões de presidentes das nações sul-americanas até 2011

Sede da Reunião	Quantidade	Porcentagem
Brasil	3	25%
Equador	2	17%
Peru	1	8%
Bolívia	1	8%
Venezuela	1	8%
Chile	1	8%
Guiana	1	8%
Assunção	1	8%
Argentina	1	8%

Fonte: Elaboração própria baseado no Quadro 4.

Desta maneira, pode se observar que no período de 2000 até 2011, no qual se encaixa o surgimento da UNASUL, 25% das vezes o Brasil foi escolhido como sede das reuniões presidenciais. Tal fato revela a intenção por parte dos mandatários brasileiros, Fernando Henrique Cardoso e posteriormente Luiz Inácio Lula da Silva, de posicionar ao Brasil como um interlocutor com outros países sul-americanos e ainda mais importante, como um agente mobilizador de processos de integração em concordância com seus interesses. Ao mesmo tempo, as reuniões que foram realizadas em Brasília foram de vital importância para o desenvolvimento das organizações logo gestadas. Assim, a reunião do ano 2000 inaugurou o ciclo de reuniões presidenciais para os países de América do Sul; a posterior, em 2005, iniciou uma nova fase de negociações agora como uma comunidade de nações; e finalmente, em 2008, teve lugar a reunião que formaliza a criação da UNASUL com a criação do seu tratado constitutivo – deixando entrever como o país cumpriu um rol importante no impulso das negociações principalmente nos primeiros anos de vida.

3. Reflexões finais

O presente trabalho teve como objetivo explorar o surgimento da UNASUL no marco da “Onda Rosa”, a partir do arcabouço teórico da ação coletiva, com especial ênfase nos trabalhos desenvolvidos por: Mancur Olson e Elinor Ostrom, assim como, as derivações e aplicações na política internacional realizadas em parceria como Robert Keohane. Para tanto, foram exploradas as variáveis estruturais propostas por Ostrom (2007) para situações de não repetição e posteriormente aplicadas ao caso em questão em três momentos: 2004, 2008 e 2011.

Com base no anterior, pode-se concluir que, a ação coletiva que envolve o surgimento da UNASUL é efetivada por um **pequeno grupo**, representado pelos chefes de estados da nações sul-americanas; coeso, **com baixa heterogeneidade**, que converge produto da orientação ideológica análoga dos presidentes -crenças- e compatibilidade de interesses. Dita interação envolve a administração de um **recurso público (CPR)**, ou seja, a região sul-americana, que gerou um fluxo de recursos derivados dos acordos multilaterais de base subtrativa. Com **comunicação face a face**, antes dada nas reuniões de cúpula dos presidentes e posteriormente institucionalizada dentro da UNASUL, através do *conselho de chefes e estado e de governo*. E que apresenta uma **função não-linear desacelerada**, isto é, uma função onde as contribuições iniciais de presidentes que mobilizaram a criação da organização, como o caso de Luiz Inácio Lula da Silva ou Hugo Chávez, foram mais representativas do que as contribuições posteriores de presidentes que se juntaram depois.

Finalmente, é importante mencionar que, a perspectiva teórica do presente estudo esteve guiada principalmente pela abordagem do institucionalismo da escolha racional. Porém, outros estudos podem ser feitos sobre o mesmo objeto, considerando perspectivas alternativas que possibilitem a ampliação da compreensão sobre este fenômeno⁹.

⁹Nessa direção, se encontram estudos desenvolvidos por Briceño-Ruiz (2010), Riggiozzi (2015), Nery (2016), entre outros.

Referências

AXELROD, R.; KEOHANE, R. (1985). "Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions". *World Politics*, p. 226-254.

BANCO DO SUL. (2009). *Convenio Constitutivo*. Consultado em: http://apw.cancilleria.gov.co/tratados/AdjuntosTratados/ae342_BANCO%20DEL%20SUR-2009.PDF.

BRICEÑO-RUIZ, J. (2010) From the South American free trade area to the Union of South American Nations: The transformations of a rising regional process. *Latin American Policy*, vol. 1, no 2, p. 208-229.

CARVALHO, C. E.; GABRIEL, A.; PEDROSO, C.; KANEKO, G. Y. (2009). "Banco do Sul: a proposta, o contexto, as interrogações e os desafios". *Cadernos PROLAM/USP*, v. 8, n. 15, p. 113-135.

DANESE, S. (1999). *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Top Books.

ELSTER, J. (2006). *El cemento de la sociedad: las paradojas del orden social*. Barcelona, Gedisa Editorial.

FROHLICH, N.; OPPENHEIMER, J. (1998). "Some consequences of e-mail vs. face-to-face communication in experiment". *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 35, n. 3, p. 389-403, ISSN 0167-2681.

GARCIA, Marco Aurelio. (2005). "Pensar a terceira geração da esquerda", in FORTES, Alexandre (org.). *Historia e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Chapeco, Perseu Abramo, Argos.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (2010). "A Presidência na linha de frente da diplomacia". *Carta internacional*, n. 35, p. 10.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. (2003). "The three versions of neo-institutionalism". *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 58, p. 193-223. ISSN 0102-6445.

KEOHANE, R. O. (1995). *Local commons and global interdependence: heterogeneity and cooperation in two domains*. Sage London. ISBN 0803979630.

KEOHANE, R. O.; OSTROM, E. (1994). "Introduction". *Journal of Theoretical Politics*. 6(4):403-428, 1994.

KERR, N. L.; KAUFMAN-GILLILAND, C. M. (1994). "Communication, commitment, and cooperation in social dilemma". *Journal of personality and social psychology*, v. 66, n. 3, p. 513. ISSN 1939-1315.

LATINO BARÓMETRO. Dados de opinião sobre Integração Regional. Análise de dados online. Consultado em <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acessado em: 18 de julho de 2018

LEVISTKY, S.; ROBERTS, K. (2011). "Introduction: Latin's "Left Turns": a framework for analysis". In Levistky e Roberts (eds.), *The Ressurgence of Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press: 1-28.

MARTIN, L. L. (1994). "Heterogeneity, Linkage and Commons Problems". *Journal of Theoretical Politics*, v. 6, n. 4, p. 473-493. ISSN 0951-6298.

MARWELL, G.; OLIVER, P. (1993). *The critical mass in collective action*. Cambridge University Press. ISBN 0521308399.

NERY, T. (2016) UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. *Caderno crh*, vol. 29, no 3, p. 59-75.

RIGGIROZZI, P. (2015) UNASUR: construcción de una diplomacia regional en materia de salud a través de políticas sociales. *Estudios internacionales (Santiago)*, vol. 47, no 181, p. 29-50.

OBERSCHALL, A. (1980). "Loosely structured collective conflict: A theory and an application". *Research in Social Movements, Conflicts, and Change*, v. 3, p. 45-68.

OLSON, M. (1965). *Logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Harvard University Press.

_____. (1999) *lógica da ação coletiva: os bens públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP.

OSTROM, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*: Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1994) "Constituting Social Capital and Collective Action". *Journal of Theoretical politics*, v. 6, n. 4, p. 527-562. ISSN 0951-6298.

_____. (2007). "Collective action theory". In: Boix & Stokes (Eds.). *The Oxford handbook of comparative politics*, 2007.

SILVA, F. P. (2014). Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas'. *Observador online/OPSA*, vol. 9, no 12.

SMITH, E. A. (2010). "Communication and collective action: language and the evolution of human cooperation". *Evolution and Human Behavior*, v. 31, n. 4, p. 231-245. ISSN 1090-5138.

TAYLOR, M. (1987). *The possibility of cooperation*. Cambridge: Cambridge University Press.

UNASUL. (2011). Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas. Quito, Ecuador.

_____. (2012) Regulamento Geral da UNASUL. Quito, Ecuador.

_____. Repositório digital. Consultado em: <http://docs.unasursg.org/latest-documents>. Acessado em: 16 de agosto de 2018.

WEBER, M. (1999) Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília: UnB.